



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

ISSN: 1983-8239

Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos

Selles Pelegrini, João Gabriel
AS CLASSES SOCIAIS NO SÉCULO XXI: a complexidade do conceito e de seu conteúdo social
Caderno CRH, vol. 32, núm. 87, 2019, Setembro-Dezembro, pp. 689-692
Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos

DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i87.29868>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347663003017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

AS CLASSES SOCIAIS NO SÉCULO XXI: a complexidade do conceito e de seu conteúdo social

João Gabriel Selles Pelegrini*

AMORIM, Henrique; SOUZA, Davisson Cangussu de (Orgs). *As classes sociais no início do século XXI*. [1.ed.] São Paulo: Annablume, 2017.

A análise das relações sociais a partir de uma determinada perspectiva teórica, metodológica e conceitual pode nos levar a concluir, em uma visada primeira, que estamos a tomar contato com análises que poderiam delimitar o objeto a uma perspectiva.

Nesse sentido, poderíamos pressupor que os artigos presentes em *As classes sociais no início do século XXI*, por darem centralidade ao conceito de classes sociais, confirmariam essa hipótese, ou seja, a de que poderíamos estar diante de análises que *restringiriam* a complexidade das relações sociais ao conceito de classes sociais oriundo da tradição do materialismo histórico. No entanto o conjunto de onze artigos desmentem o suposto caráter restritivo do conceito e, ao mesmo tempo, apresentam sua atualidade e seu vigor analítico.

Na primeira parte da coletânea, os artigos de Machado (2017), Cangussu de Souza (2017) e Pinassi e Fimiano (2017) articulam classes sociais e movimentos sociais. Ao negarem que o conceito de classe estaria determinado apenas pela igualdade dos sujeitos com seu “lugar na produção”, afirmam as classes como *relações de classes sociais*, isto é, elas se constituiriam nas lutas sociais que empreen-

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Rodovia Washington Luís km 235, Monjolinho, São Carlos – São Paulo – Brasil. j.gabrielpelegrini@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6964-5411>

dem. Desse ponto de vista, as “classes sociais” e os “movimentos sociais” não estariam em oposição ou incongruência analítica.

Nesse sentido, Machado (2017, p. 24) propõe uma “[...] intersecção entre classes e movimentos sociais, mesmo ressalvando [...] que nem todos os conflitos sociais se resumem aos confrontos entre as classes em luta”.

Diferentemente da articulação de Machado (2017), mas dando centralidade às classes sociais e enfatizando o papel delas nas lutas sociais ao longo da história das últimas quatro décadas, Cangussu de Souza (2017) dá destaque às manifestações de junho de 2013. Do ponto de vista de sua análise das classes sociais, Cangussu de Souza (2017) nos apresenta como os protestos sociais e as classes e suas frações se constituem na luta, evidenciadno, assim, o caráter conflitivo que haveria em nossa formação social. Tal característica seria a causa dos movimentos sociais, partidos e sindicatos, e não o inverso. Essa leitura pode ser debatida a partir da perspectiva que resalta a organização sindical em uma estratégia de luta não pautada pelo conflito. Ladosky e Rodrigues (2018), por exemplo, argumentam que, nas últimas décadas, sobretudo durante os governos do PT (2003–2016), a estratégia de luta de sindicatos, ou centrais sindicais como a CUT, teria se deslocado do conflito para a atuação institucional.

Ao abordar questões sobre os trabalhadores do Movimento dos Sem Terra (MST), Pinassi e Fimiano (2017) enfatizam essa perspectiva de que as classes não se compõem de maneira estática, tampouco são delimitadas apenas por determinações “econômicas”. Neste artigo, que encerra a primeira parte do livro, o MST é central à análise que, ao mesmo tempo, busca compreender as determinações políticas, econômicas e ideológicas da formação da classe trabalhadora, e procura expor a articulação entre a formação desse movimento e sua atuação no sentido de constituir os trabalhadores rurais e urbanos como proletariado, isto é, como sujeitos que propõem uma nova

sociabilidade a partir de seu antagonismo com a sociedade onde se expressa a hegemonia das relações de capital.

Na segunda parte de *As classes sociais no início do século XXI*, o debate sobre as classes sociais emerge em articulação com o trabalho e as relações sociais que atravessam esse universo da sociedade. Assim como na primeira parte, busca-se uma reflexão em que a análise não se restrinja a um ou outro aspecto da realidade.

Nesse sentido, Amorim, H. (2017), ao se inserir no debate sobre os novos tipos de trabalho, sobretudo os que se desenvolveram após a inserção das Tecnologia de Informação, apresenta que nem o “trabalho”, seja ele classificado como “material” ou “imaterial”, nem as classes sociais são determinados por uma essencialidade fora da história, ou de uma determinação única (como a econômica, por exemplo), mas são determinados, como conceito e como relação social, por “[...] um imbricamento contraditório de relações capitalistas de produção, claramente, marcadas pelas relações de força em uma dada conjuntura política” (Amorim, H. 2017, p. 116). É nesse sentido, portanto, que o autor produz a análise das classes sociais e das relações de trabalho, não delimitando o conteúdo dessas relações a apenas o universo da produção manual e fabril.

Se Amorim, H. (2017) buscou essa meta por meio do exame dos novos tipos de trabalho, Elaine Amorim, E. (2017) pretende o mesmo acrescentando, ao universo de investigação da classe trabalhadora, as relações sociais que se colocam para além do assalariamento.

Novamente, retornam ao centro da análise as lutas sociais. Mais especificamente, os “movimentos de desempregados”. Segundo a autora, tais movimentos emergem em um contexto de “redefinição das formas de exploração” que as classes dominantes buscaram impor à classe trabalhadora nas últimas décadas do século XX. Embora os movimentos de desempregados sejam diferentes, do ponto de vista de sua organização, das formas tradicionais de

luta do proletariado, eles são centrais analiticamente, posto que, segundo Amorim, E. (2017, p. 145), seriam “formas de reorganização da classe trabalhadora”. Assim, ao não restringir as reflexões sobre a composição da classe trabalhadora e suas formas de luta à relação de assalariamento, a autora produz uma análise ampla ao compreender as classes constituídas em seus antagonismos e os desempregados, dessa forma, como parte fundamental tanto para a existência da classe trabalhadora, quanto para o capitalismo (Amorim, E. 2017, p. 139).

Se, nas duas primeiras partes de *As classes sociais no século XXI*, os artigos exploraram o trabalho, o assalariamento e as formas de luta nas relações de classes, esses temas reaparecem na terceira parte do livro tendo como ponto de partida analítico e conceitual as “classes médias”.

Com o objetivo de ampliar o debate sobre as classes médias para além da estratificação por meio da renda e do potencial de consumo, Trópia (2017) parte de uma concepção relacional de classes. Nesse sentido, a autora comprehende que os sujeitos que compõem as classes deveriam ser pensados como produtores de sua existência material, simbólica e política. Assim, a autora afirma que “Os assalariados são *iguais* (pela venda da força de trabalho) e *desiguais*, marcados pela divisão entre trabalho manual e não manual e pelos efeitos políticos e ideológicos dela decorrentes” (Trópia, 2017, p. 176). Com isso, a autora evidencia “[...] o impacto que processos produtivos, políticas salariais, sociais e econômicos mais gerais têm sobre o conjunto dos trabalhadores, captando as diferenças de sentido e, inclusive, as possibilidades de, no plano político, distintas classes e frações de classe se aliarem politicamente” (Trópia, 2017, p. 177). Com isso, a autora amplia o conceito para além da delimitação econômica, mas o circunscreve à tríade existência material, simbólica e política como pressupostos analíticos das relações entre as classes sociais.

Ainda no debate sobre a classe média, Arias (2017) coloca como centro de sua análise

o movimento Altermundialista. Partindo desse recorte, a autora traz, para a reflexão sobre as classes sociais no século XXI, a intersecção entre esse movimento, a luta de classes e o Estado no capitalismo contemporâneo. Considerando a homogeneidade socioeconômica na composição dos militantes altermundialistas e o posicionamento deles contra o capitalismo neoliberal, Arias (2017, p. 198) reflete sobre as demandas de classe que não se restringiriam apenas “à esfera da produção”, enfatizando a *reprodução social* como aspecto da luta de classes.

Na quarta parte de *As classes sociais no início do século XXI*, as lutas sociais se mantêm em destaque. No entanto coloca-se agora em questão a articulação entre classes sociais, raça e sexo.

Silva (2017) faz um diagnóstico geral dos debates teóricos que enfatizam os movimentos sociais e as lutas sociais. Diante disso, conclui que há duas perspectivas: por um lado, os que enfatizam as desigualdades resultantes da exploração e dominação de classes; por outro, os que realçam as reivindicações de caráter cultural. Em diálogo crítico com os “teóricos do reconhecimento”, e utilizando um conceito ampliado de classes sociais, isto é, um conceito que não localize as classes apenas no espaço das relações de produção econômica, Silva (2017, p. 205) coloca em evidência “as formas de luta que combatem o racismo, tendo como pano de fundo dessa experiência social a luta antirracista na sociedade brasileira atual”. Com isso, o autor busca uma formulação da investigação das classes pressupondo a ela um conceito “amplo de opressão que possa se articular com as formas de injustiça sublinhadas pela teoria do reconhecimento” (Silva, 2017, p. 227).

Inserindo, no debate sobre *As classes sociais no início do século XXI*, a dimensão das relações sociais de gênero e sua articulação com as classes sociais, Grecco (2017) analisa o labor dos trabalhadores e das trabalhadoras na indústria de reciclagem no Brasil. Em diálogo crítico com a tese da “economia solidária”, a autora explicita a informalidade do trabalho

como característica das “cooperativas de catadores” e da sociedade capitalista, sobretudo do ponto de vista das especificidades que recaem sobre as trabalhadoras. Ao debater essas dimensões das relações sociais, a autora constrói uma análise que articula classes sociais, como relação social, com a divisão sexual do trabalho, “entendendo que as relações de gênero são um dos pilares constitutivos das relações sociais classistas” (Grecco, 2017, p. 250).

Na última parte da obra, emerge a dimensão espacial das relações de classes sociais, sobretudo, no espaço urbano.

Em debate crítico com os teóricos do “fim das classes sociais” e do fim da centralidade do trabalho, Oliveira (2017) apresenta uma reflexão sobre a relação entre os conflitos urbanos, centralmente os que emergem nas metrópoles, como expressões do movimento contraditório entre produção e reprodução social. Com isso, o autor apresenta, de seu ponto de vista, a centralidade do trabalho para a análise sociológica e, ao mesmo tempo, enfatiza que as lutas de classes se expressam na forma como o espaço urbano é conformado e disputado. Isto é, as desigualdades de classes aparecem nas metrópoles seja pela transformação do espaço em mercadoria, seja pela distribuição espacial das classes e o acesso delas a diferentes espaços da cidade.

Também analisando o espaço urbano, Pinheiro (2017), no último artigo de *As classes sociais no início do século XXI*, aborda as classes sociais em sua relação com aspectos econômicos, se considerados do ponto de vista das relações de produção capitalista, considerando as particularidades da formação social. Dessa perspectiva teórica, o autor comprehende a “cidade capitalista” como um objeto sociológico com determinações próprias, embora seja determinado pelo todo de que faz parte, isto é, o modo de produção capitalista. Com isso, Pinheiro (2017) destaca, em sua reflexão sobre as classes sociais na “cidade capitalista”, a ambivalência das lutas sociais, a relação entre Estado, bloco no poder e classes aliadas e, fun-

damentalmente, sobre a centralidade da luta entre as classes sociais.

Mediante a síntese que apresentamos de cada um dos onze artigos de “As classes sociais no início do século XXI”, reafirmamos que a obra, embora tenha como centro analítico o conceito de classes sociais oriundo da tradição do materialismo histórico, demonstra a atualidade e a diversidade analítica desse conceito.

Recebido para publicação em 07 de março de 2019
Aceito em 14 de dezembro de 2019

REFERÊNCIA

AMORIM, H. Trabalhadores do Imaterial precarizados. In: AMORIM, H.; SOUZA, D. C. DE (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 111-121.

AMORIM, E. R. A. Desempregados, classes e lutas sociais. In: AMORIM, H.; SOUZA, D. C. DE (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 127 - 152.

ARIAS, Santiane. Estado, classes médias e altermundialismo: pontos de intersecção. In: AMORIM, H.; CANGUSSU DE SOUZA, D. C. (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 185 - 199.

CANGUSSU DE SOUZA, D. C. Lutas de classes e ciclo de lutas no Brasil de 2003 – 2013: os limites para a constituição de uma força social. In: AMORIM, H.; SOUZA, D. C. DE (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 57 - 88.

GRECCO, F. S. Reciclagem industrial: informalidade, economia solidária e o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis. In: AMORIM, H.; CANGUSSU DE SOUZA, D. C. (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 235-257.

LADOSKY, M. H. G.; RODRIGUES, I. J. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 30, n. 1, 2018, p. 53-76.

MACHADO, E. Classes e movimentos sociais: notas teóricas sobre esta complexa relação. In: AMORIM, H.; CANGUSSU DE SOUZA, D. C. (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 23-56.

OLIVEIRA, S. B. Nas tramas da urbanização: ampliando o leque conceitual de classes no urbano. In: AMORIM, H.; CANGUSSU DE SOUZA, D. C. (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 259-284.

PINASSI, M. O.; FIRMINIANO, F. D. MST e os dilemas da representação de classe. In: AMORIM, H.; CANGUSSU DE SOUZA, D. C. (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 89-109.

PINHEIRO, J. As classes não flanam na cidade: elas lutam. In: *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 285-319.

SILVA, J. B. Classes sociais, movimentos sociais e reconhecimento. In: AMORIM, H.; CANGUSSU DE SOUZA, D. C. (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 201 - 234.

TRÓPIA, P. V. Entre simplificação e complexidade: a inserção dos assalariados não manuais na estrutura de classes. In: AMORIM, H.; CANGUSSU DE SOUZA, D. C. (Orgs.) *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 155 - 184.